



---

Relatório apresentado por Claudio Cajado, Deputado Federal, referente à participação da delegação do Congresso Nacional na 138ª Assembleia da União Interparlamentar (Genebra, Suíça 21 a 28 de março de 2018)

A 138ª Assembleia da União Interparlamentar aconteceu em Genebra, Suíça, entre os dias 21 e 28 de março de 2018. Todos os órgãos estatutários da UIP, incluindo o Conselho de Governadores, Comitês Permanentes, Comitês de Direitos Humanos dos Parlamentares e Questões do Oriente Médio, bem como o Fórum das Mulheres Parlamentares e o Fórum dos Jovens Deputados, reuniram-se nesta ocasião.

A agenda abrangeu questões fundamentais como o fortalecimento da contribuição parlamentar para o pacto global para a migração, sustentando a paz como um veículo para alcançar o desenvolvimento sustentável, enfrentando a sub-representação feminina na política, envolvendo o setor privado no desenvolvimento de energia renovável, e construção de sociedades sustentáveis e resilientes.

A Assembleia contou com a presença de aproximadamente 1.500 participantes de 150 países.

A delegação do Brasil foi composta pelo Senador Antonio Anastásia (PSDB/MG), pelas Deputadas Maria Helena (PSD/RR) e Shéridan (PSD/RR), e pelos Deputados Átila Lins (PSD/AM), João Carlos Bacelar (PR/BA), e eu, Claudio Cajado (DEM/BA). A Embaixadora Maria Nazareth Farani, Chefe da Missão Brasileira junto às Nações Unidas, e suas, equipe, acompanharam as atividades da delegação brasileira com o auxílio do diplomata Victor Martins, da AFEPA. Marcos Loureiro, da Secretaria de Relações Internacionais da Câmara dos Deputados, e Silvia Cabral de Araújo, Coordenadora do Grupo Brasileiro da UIP, assessoraram a delegação.



Minha Participação na Assembleia UIP, iniciou-se no dia 26 de março com um fundamental debate sob o ponto de urgência, em plenário, onde os parlamentares votaram a favor de uma resolução apresentada pela Palestina, Kuwait e Bahrain, reprovando a postura da Administração Norte Americana sobre o reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel, e ratificaram o apoio aos palestinos. A Resolução aprovada fortifica a renovação do processo de paz por meio de iniciativas multilaterais, segundo as resoluções das Nações Unidas, a fim de obter uma saída para os dois Estados com base na fronteira de 1967. Não deixando de destacar a grave preocupação com as restrições impostas por Israel para impedir o acesso aos locais sagrados de Jerusalém.

Ainda no dia 26, por solicitação do Marrocos, a delegação brasileira reuniu-se para escutar a exposição do país, o qual solicitou o apoio do Brasil para aprovação de uma reunião parlamentar, no final de 2018, concomitante a conferencia das Nações Unidas que irá formalizar uma estratégia global com o lançamento do Pacto sobre Migração e Refugiados. Entre outros temas, o Marrocos novamente destacou sua proposta em organizar um fórum parlamentar África-América Latina, proposta essa que inicialmente já tinha sido discutida entre parlamentares brasileiros e marroquinos na última Assembleia da UIP em São Petesburgo.

Em 27 de março, o Senador Antonio Anastasia foi convidado para presidir os trabalhos da Assembleia e assumiu a Mesa até o final do dia. O Senador discursou em nome da delegação brasileira sobre a “Nova Lei de Migração” aprovada recentemente pelo parlamento brasileiro, como também expos o compromisso do Brasil com o Pacto Global sobre Migração e Refugiados que, em fevereiro de 2018, formulou o documento chamado “Os 100 pontos de Brasília”, onde são destacadas boas práticas empreendidas por países da região, e aproveitou para abordar a situação do estado de Roraima que vem recebendo refugiados advindos do país vizinho, que cruzam a fronteira a procura de melhores condições de vida.

Assinatura manuscrita em azul.



A crise econômica e política na Venezuela fez com que muitos venezuelanos buscassem refúgio em solo brasileiro. Atualmente, acredita-se que em torno de 70 mil refugiados hajam cruzado a fronteira e estejam vivendo no Brasil.

Na manhã do dia 28, o Conselho Diretor aprovou as recomendações apresentadas pela Comissão de Direitos Humanos de Parlamentares com relação aos parlamentares do Camboja, Maldivas, Mongólia, Níger, Filipinas, Turquia, Venezuela e Zâmbia. No total, a Comissão examinou 236 casos de violações de direitos de parlamentares.

No encerramento, a Assembleia adotou uma declaração onde enfatizou o papel crítico dos parlamentares na transformação das aspirações dos dois Pactos Globais – um sobre migrantes e outro sobre refugiados – em leis nacionais. A Declaração afirmou, também, que a migração, quando gerenciada adequadamente, contribui para um maior bem-estar e prosperidade. Da mesma forma, a Declaração afirma que aqueles que proporcionarem a proteção e a assistência que os refugiados devem ser apoiados em seus esforços pela comunidade internacional.

Assinatura manuscrita de Claudio Cajado em tinta azul.

**CLAUDIO CAJADO**

Deputado Federal